



ID: 122279415

29-03-2026

Os Trumps da paróquia

**Miguel Vale de Almeida**

Em 2011, enquanto deputado independente na bancada do PS, estive diretamente envolvido na proposta e aprovação da Lei n.º 7/2011, de 15 de março, a primeira em Portugal a permitir a mudança de sexo e nome próprio no Registo Civil, exigindo um diagnóstico clínico do que então se designava como “disforia de género”.

A lei constituiu um avanço no reconhecimento da dignidade das pessoas

transgénero. Tratou-se de um avanço gradual, uma vez que o diagnóstico clínico ainda estava presente. A negociação político-partidária e os (des)equilíbrios de forças, quer entre partidos, quer no seio deles, a isso obrigou.

Em 2018 avançou-se no plano legislativo: foi abandonado o diagnóstico – e, portanto, a medicalização –, tendo triunfado o princípio da autodeterminação. Este princípio é, aliás, um aspeto fundamental de qualquer direito humano e algo de que nenhum de nós (desde logo pessoas cisgénero como eu próprio) prescinde ou aceita ver ser negado. Ele estava e está, aliás, consagrado nas recomendações de todas as instituições internacionais e nacionais que lidam com direitos relacionados com o género. Ou simplesmente com a cidadania. Ou com os direitos individuais à identidade.

Em 2011 foi imensa e agressiva a

resistência e oposição à lei, nomeadamente por parte do PSD. Com a atual regressão na lei de 2018, vemos este partido aceitando a lei de... 2011. Duvido de que tal se deva a uma reflexão ponderada. Muito menos se deverá a uma avaliação de efeitos negativos da lei de 2018, desde logo inexistentes. Trata-se de “do mal o menos” – o que, convenhamos, não supera de todo a postura preconceituosa já manifestada em 2011.

A única razão – cristalinamente evidente para toda a gente – é o efeito da extrema-direita. Esta transformou o PSD num partido da direita extremada. À semelhança dos autocratas que noutros países promovem um ataque aos direitos humanos conquistados no século XXI, a extrema-direita e a direita extremada começam o seu contra-ataque alvejando os mais fracos por razões sociais (e, agora, legais): as pessoas trans.

Amanhã serão os gays e as lésbicas, no dia seguinte todas as mulheres e os seus direitos reprodutivos. Sempre através de capciosas mudanças legislativas que se apresentam como de pormenor e como assentes em supostas cautelas (supremo exercício de hipocrisia). Este processo é em tudo semelhante às mudanças legislativas que, em contextos autocráticos, acabam destruindo as Constituições. Quando se ataca o direito à autodeterminação de alguns e algumas, é o direito de todas e todos que se ataca.

Talvez fosse aconselhável deixarmos de fazer de Trump a figura por excelência dos novos fascismos, como se fosse inimitável, além de distante, e começarmos a prestar atenção aos seus avatares da paróquia.

Antropólogo, professor catedrático (Iscte – Instituto Universitário de Lisboa)